

# A Paixão da Pesquisa no Investigador e a Travessia de um Mar de Provações: A Carreira, a Publicação, a Avaliação...

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.10>

**Antônio Hohlfeldt**

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Escola de Comunicação, Artes e Design,  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre  
<https://orcid.org/0000-0001-5284-8730>  
[a\\_hohlfeldt@yahoo.com.br](mailto:a_hohlfeldt@yahoo.com.br)

## Resumo

O texto constitui-se em um depoimento reflexivo e crítico a respeito das experiências profissionais, especialmente acadêmicas, vividas pelo autor. Um pouco de decepção, um pouco de frustração, um pouco de aprendizado. Pretende-se, com ele, talvez ajudar jovens pesquisadores a, com entusiasmo, mas alertas aos desafios, melhor enfrentarem as obrigações que se colocam na carreira do pesquisador e estudioso acadêmico, cheia de regras e relatórios, que obriga o profissional a, muitas vezes, usar seu tempo livre de fins-de-semana ou de férias para poder concretizar seus estudos.

## Palavras-chave

estudos em comunicação, pesquisa acadêmica, professor universitário, relatórios oficiais, social, vida universitária

Aos 72 anos de idade, às vésperas dos 73<sup>1</sup>, permito-me, ao atender prazerosamente ao convite de Moisés de Lemos Martins, apresentar uma digressão algo autobiográfica a partir de minha experiência de pesquisador, mas sempre alertado pelo ensinamento de Maurice Halbwachs (1968/1990) de que a memória é traiçoeira, porque seletiva e censória. Mais que isso, a memória individual só tem interesse se ela também for memória coletiva, no meu caso, de geração e de um certo campo, que me divide entre a literatura e a comunicação social, muito especialmente o jornalismo.

Desde menino, eu gostava de ler e de escrever. Queria ser escritor – no sentido de escritor de ficção – fiz um curso de graduação em letras, levado pela amizade por um depois importante escritor brasileiro, João Gilberto Noll, recentemente falecido. Fiz também um primeiro ano de estudos de jornalismo, mas, como desde pequeno, frequentava as páginas infantis do *Correio do Povo*, na época um dos grandes jornais brasileiros, e conhecia, ainda que à distância, o editor das páginas de cultura do jornal, Paulo Fontoura Gastal, acabei me fixando nesta área, a do jornalismo cultural, primeiro como colaborador, e depois como funcionário da empresa. Ali passei 17 anos profissionais de aprendizado: ali, na prática, aprendi a pesquisar. Na edição dos domingos, havia um caderno que vinha encartado, trazendo grandes reportagens. Não havia domingo em que um extenso texto meu não se estampasse naquelas páginas. O, então, proprietário do periódico era um daqueles antigos tipos liberais, Breno Caldas<sup>2</sup>: apoiava os jovens que, acreditem ou não, eu era então. Tive oportunidade, pela importância do jornal e pelos textos que produzia, de receber convites de segmentos culturais de diferentes embaixadas de países estrangeiros sediadas no Brasil. Visitei a Alemanha, os Estados Unidos, a França, e assim fui conhecendo museus, adquirindo livros, formando uma biblioteca sólida que no futuro muito me serviria.

No curso de graduação em letras, aproveitei as possibilidades e cursei disciplinas alternativas sobre história do teatro, teoria do espetáculo, crítica de arte, e assim fui me formando para o futuro imediato. Optei pelo mestrado, ainda em letras, enquanto me tornava coeditor do suplemento literário do jornal, o *Caderno de Sábado*, um dos espaços de crítica cultural mais importantes do país, nos anos de 1970. Ali acompanhei todo o grande ciclo da

---

1 Como o leitor logo perceberá, este é um texto datado. Mas suas observações, infeliz ou felizmente, permanecem oportunas, entendo eu, motivo pelo qual fiz apenas revisões formais no trabalho que apresentei oralmente, para esta versão impressa.

2 Neto do fundador do jornal, um cearense, Caldas Júnior, que, depois de atuar na imprensa do Rio Grande do Sul, resolveu fundar seu próprio periódico, em 1895, pretendendo-o independente, porque equidistante das políticas partidárias de então, dividida entre libertadores e republicanos e que provocara duas sangrentas revoluções na província, a última das quais em 1925.

pujança do conto brasileiro, travei conhecimento com os principais escritores brasileiros, a quem entrevistei, em boa parte, li e de cujos livros fiz resenhas. Na metade da década de 1970, procurando afastar-me da ditadura, trabalhei na seção internacional da Rádio Canadá, em Montréal e, na volta, decidi realizar o curso de doutorado, ainda em letras. Mas comecei a dar aulas no curso de comunicação social de uma universidade jesuíta da grande Porto Alegre, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, transferindo-me, 15 anos depois, para a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul de Porto Alegre. Foi ali, há pouco mais de 35 anos, que passei a dar aulas em cursos de especialização e, em seguida, no mestrado que estava sendo criado.

Aqui surge a primeira e importante descoberta: aquilo que sempre fora prazer, fruto da curiosidade, transformava-se em obrigação. Sandra Reimão (1994), pesquisadora brasileira, em artigo referencial, em que discute o conceito e a abrangência do chamado *campo* da comunicação social, no dizer de Bourdieu (1989/2012, p. 9), discute os vários sentidos do termo “teoria”, explicando que ele abrange a idéia de um conhecimento gratuito, ou, como diria Platão (1973), um conhecimento produzido por ações de um *amador*, que simplesmente *ama* descobrir e conhecer. Eram assim aqueles meus primeiros anos de jornalismo e de juventude. Já mais amadurecido e iniciado na vida acadêmica, descobria que a *carreira* exigia atividades para além de dar aulas, assim como, para o aluno, entrar num curso de mestrado ou de Doutorado exige mais do que o simples freqüentar das aulas.

Hoje em dia, e ainda na semana passada, nas atividades de seleção dos candidatos aos nossos próximos cursos, insistíamos, meu colega de banca e eu, com estes candidatos, sobre o fato de que, para além de assistir às aulas (presenciais ou on line, a que nos obrigou a pandemia), precisamos, professores e alunos, produzir artigos, desenvolver pesquisas, participar de congressos – como este encontro – definir linhas de pesquisa que serão nossos focos temáticos de atenção, que identificarão nossas carreiras, definirão nossas pesquisas, levar-nos-ão a solicitar bolsas de pesquisa e identificarão com quais alunos, com quais colegas professores, com quais equipas e com quais universidades trabalharemos e trocaremos informações.

No Brasil, por iniciativa de Cesare Mansuetto Giulio Lattes que, apesar do nome, é de origem brasileira<sup>3</sup>, constituiu-se a chamada Plataforma Lattes,

---

3 Cesare Manuestto Giulio Lattes é natural de Curitiba, físico, e integrou a equipe do norte-americano Cecil Frank Powell. Eles descobriram o chamado *méson pi*, uma das três partículas do átomo. Embora ele tenha sido o redator principal do texto a respeito do tema, Powell liderava formalmente a equipe e, segundo os critérios então adotados pelo Prêmio Nobel, apenas ele foi nominado enquanto ganhador do prêmio de física, naquele ano de 1950. De qualquer modo, ele acabaria sendo reconhecido e homenageado ao menos em seu país, coisa que, como todos os colegas aqui sabem, é uma raridade.

sistema que passou a cadastrar os pesquisadores brasileiros de todas as áreas do conhecimento. A Plataforma Lattes foi criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Técnico e Científico (CNPq), instituído em 15 de janeiro de 1951. Os objetivos do CNPq são os de fomentar e financiar a pesquisa nas diferentes instituições científicas brasileiras, especialmente as universitárias. Logo depois, estabeleceu-se também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que ocorreu em 11 de julho daquele mesmo ano de 1951. Institucionalizava-se, assim, o tripé que, dali em diante – e até hoje, – universidades (com seus professores/pesquisadores e alunos), CNPq – que financia as instituições – e CAPES que, como indica sua designação, deve financiar os agentes individuais, quer dizer, os professores e os alunos. Contraditoriamente, este sistema ganhou maior consolidação e organicidade nos anos 1970, em plena ditadura cívico-militar brasileira, quando se constituíram os primeiros cursos de pós-graduação no país, a que se seguiriam, mais ou menos uma década depois, os cursos de doutorado. Gradualmente, o sistema se ampliou e se aprofundou, se alargou e se abriu, de modo que, na atualidade – e se assim conseguirmos resistir, como eu disse, à atual desgovernança do atual presidente da República e de seus ministros – começa, na prática, para um aluno, ainda em sua graduação<sup>4</sup>.

No Brasil, recomenda-se fortemente que o aluno inicie seu aprendizado e treinamento em pesquisa ainda na graduação, através de bolsas denominadas de “iniciação científica”. O sistema tem – ou tinha, até ao momento – forte capilaridade. As bolsas fornecidas pelo CNPq ou CAPES são direcionadas, em parte, diretamente às universidades e, em parte, às agências de fomento à pesquisa que, igualmente, se criaram em todas as unidades federativas do país, os governos estaduais, através de *fundações de amparo à pesquisa*. Em ambos os casos, ao valor repassado pelas agências federais, universidades e agências estaduais devem agregar um outro quantitativo, de modo que o programa de fomento e amparo ganha em dinamicidade, sendo os candidatos selecionados através de editais anuais. Muitas universidades também instituíram seus próprios programas de apoio à pesquisa, a fim de qualificarem seus alunos, já que isso influencia os critérios de avaliação anual e, atualmente, também os quadrienais, dessas instituições, garantindo um ranqueamento dentre elas, o que significa maior acessibilidade a verbas para a pesquisa, conforme seu posicionamento hierárquico nesta classificação.

---

4 A eleição, em fins de 2022, de Luís Inácio da Silva, do Partido dos Trabalhadores, para a presidência, dá um alento quanto ao futuro destas instituições. As novas autoridades do Ministério de Educação, a que tais instituições estão afetas, antecipam atualização de valores de bolsas, que não recebem revisão há uma década!

Um aluno que tenha desenvolvido atividades em uma bolsa de iniciação científica<sup>5</sup> na graduação tem forte vantagem aquando de sua seleção enquanto aluno de mestrado ou de doutorado, sobretudo se ele vier a concorrer, no futuro, a uma bolsa, que pode ser parcial (no caso das chamadas universidades privadas, em que o curso é pago), ou total, em que o aluno recebe, além do pagamento do curso, ainda uma subvenção para sua sobrevivência, fazendo com que não necessite de um emprego paralelo a seus estudos, podendo dedicar-se inteiramente aos mesmos. As contrapartidas incluem, dentre outras atividades, integrar-se no grupo de pesquisas do professor orientador, participar de atividades congressuais, produção de textos, entre outros. Na prática, por vezes, há desvios, sendo o aluno bolsista utilizado pelo professor orientador como uma espécie de secretário executivo, o que, evidentemente, é condenável. Na prática, também, a falta de atualização monetária no valor das bolsas de estudo tem feito com que o dinheiro repassado não atenda às reais necessidades de sobrevivência do jovem estudante ou não sirva de reembolso real aos investimentos da universidade no curso. Como os valores das bolsas são os mesmos, quer para um curso de medicina ou química, que exigem laboratórios caríssimos, quer para um curso de letras ou de filosofia, isso significa algumas complicações a serem administradas pelas instituições universitárias.

A partir dos anos de 1980, encerrando-se o ciclo golpista no país, houve um novo investimento em bolsas de estudo no exterior, tanto para os alunos, quanto para os professores. No caso dos alunos, tais bolsas devem ser entendidas enquanto investimento: o aluno recebe a bolsa, permanece entre um e três anos – raramente quatro – estudando em uma universidade do exterior, e depois deve retornar ao país de origem. Espera-se que ele também *retorne* a quem o financiou – a população brasileira, através dos impostos – aquele investimento, contribuindo para o conhecimento e sua popularização. No caso dos professores, a perspectiva é sobretudo de retribuição: o professor que já desenvolveu suas atividades durante certo período também passa a *ter direito* a uma saída para estudos, no exterior. Aqui, contudo, começam os problemas e se diferenciam as condições de trabalho em que se encontra um professor: se, na universidade pública, ele tem oportunidade de tempo maior no exterior e, guardadas as situações pontuais, maior facilidade de sair, no caso de uma instituição privada a negociação é mais difícil: a escola nem sempre está disposta a contratar um

---

5 As chamadas "bolsas de iniciação científica", em que um professor apresenta projeto de pesquisa e pode convidar um aluno de graduação para auxiliá-lo, tendo direito, este aluno, a uma pequena remuneração.

professor substituto, recaindo a carga nos demais colegas; o tempo de saída também é mais controlado: de modo geral, no máximo seis meses, isso, se o professor quiser manter a integralidade do salário. De qualquer maneira, o sistema estava bastante institucionalizado até à administração federal de 2022: podia-se antecipar um quadro de saídas consensuais, o que significava a qualificação dos professores, situação, por exemplo, que ocorreu na universidade em que trabalho, como *política institucional* da mesma, graças à larga visão de seu então reitor, Irmão Norberto Rausch.

Especificamente no caso da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a universidade instituiu, em 1988, um projeto denominado *Mil Para o Ano 2000*, que pretendia qualificar, através de cursos de mestrado ou de doutorado – em alguns casos, ambos – os professores da escola. Tal qualificação podia ocorrer no país ou fora dele. A instituição garantia a manutenção plena do salário e o vínculo empregatício para quando o professor retornasse. Em contrapartida, o professor assumia compromisso para com a instituição, de nela permanecer durante determinado tempo. Ao final do programa, que chegou a ser estendido por mais dois anos, tal o seu sucesso, mais de 1.000 professores obtiveram títulos de mestrado ou de doutorado. Isso alavancou a pontuação e a classificação da PUCRS entre as melhores do país, com mais de 60% de seus professores com tais titulações<sup>6</sup>. A PUCRS implementou programas de intercâmbio com outras universidades, institucionalizou programas internos de promoção e assim solidificou seu posicionamento institucional, sendo reconhecida, atualmente, como uma das mais bem qualificadas do continente sul-americano.

Para o professor e/ou o aluno, contudo, aquilo que deveria ser uma *oportunidade* se tornou uma *obrigação*. Ao invés de ser um *amador* da pesquisa e do estudo, professores e alunos se tornaram, de certo modo, profissionais. Ora, quando o sistema funciona bem azeitado e ritmado, as coisas fluem. Quando surgem as crises econômicas – e elas sempre surgem, sobretudo em países como o Brasil – as coisas se complicam. Para os alunos, muitas vezes, as bolsas se tornaram alternativa de emprego: o aluno transformava-se num profissional bolsista, às vezes começando na graduação. Aliás, diga-se de passagem, não só no Brasil. Lembro-me de que, numa das vezes em que atuei como professor convidado na Universidade Paul Valéry, em Montpellier, numa conversa com um aluno bolsista que concluía seus estudos de doutorado, ele se confessava sem futuro num horizonte imediato,

---

<sup>6</sup> Em avaliação ocorrida no final de 2022, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul foi considerada a melhor universidade não-pública do país, considerando-se o conjunto de cursos de programa de pós-graduação com notas seis ou sete em sua avaliação.

tendo sido bolsista ao longo de toda a sua vida de estudante, e suspirava por poder participar do sistema brasileiro então vigente<sup>7</sup>.

Aliás, o incremento que esta política nacional de bolsas buscava dava evidentes resultados, com consequências, porém, contraditórias, na medida em que novas políticas enfrentavam dificuldades em sua formulação e implementação<sup>8</sup>. A ideia era fazer com que as universidades criassem seus cursos de mestrado, começando pelas especializações. A ênfase nas bolsas de estudo, nos anos de 1990, era justamente neste sentido. E deu resultado. Em 1998, quando assumi a coordenação do programa de pós-graduação da Famecos, na então Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, tínhamos menos de 20 instituições com cursos de pós-graduação. Hoje, são quase uma centena<sup>9</sup>. Mais que isso, na passagem dos anos 2000, a meta para a criação de cursos de mestrado estava bastante bem alcançada e a ênfase deslocou-se para o doutorado. A consequência é que, para se tornar ou manter professor numa universidade, já não bastava mais o mestrado.

E lá fomos todos em busca do doutorado. Justamente esta foi minha função, em 1998: criar o doutoramento em comunicação social, para ampliar a oferta de nossa faculdade. Ainda que tais cursos, financeiramente, não fossem lucrativos, subsistiam graças aos apoios governamentais. Sobretudo, decidiam no ranqueamento qualitativo, nas avaliações anuais, das instituições, junto aos órgãos financiadores, seus percentuais de financiamento: mais titulados, mais financiamento; mais bolsas, mais projetos apoiados, o que, gradualmente, passou a criar uma espécie de círculo automático e infernal, agravado por outras iniciativas que foram surgindo ao longo daquelas décadas.

---

7 Na época, o Brasil oferecia as chamadas bolsas *recém-doutor*, hoje transformadas em outro projeto e bastante dificultadas em sua concessão. Basicamente, o projeto era apresentado por um professor titular que se tornava o padrinho de um professor *recém-doutor*, pelo qual respondia. O jovem profissional permanecia cinco anos trabalhando na universidade, findos os quais poderia ou não ser contratado.

8 Como consequência de tais fomentos, crescia o número de mestres e doutores, aumentava o número de programas de pós-graduação, mas não havia aumento proporcional de bolsas de estudo ou de apoio a tais programas de pós-graduação, de modo que a mesma verba tinha de ser dividida por um número cada vez crescente de interessados, acirrando a competição.

9 A crise provocada, cumulativamente, pela COVID-19 e sobretudo pelas políticas adotadas pelo Governo de Bolsonaro, fez com que a partir de 2020 uma série de universidades, sobretudo as instituições privadas, fechem cursos de pós-graduação, em especial aqueles dos campos de humanidades e ciências sociais, que recebem menos interessados ou que são procurados por alunos que dependem essencialmente das bolsas de estudo. Somando-se a isso o fato da desatualização dos repasses governamentais, as universidades particulares se veem obrigadas a fechar seus programas de pós-graduação e as universidades públicas enfrentam crescentes dificuldades em manter seus cursos em funcionamento.

A valorização de universidades e de programas de pós-graduação passou a beneficiar programas de pós-graduação que publicassem em revistas acadêmicas, que depois passaram a ser igualmente avaliadas e ranqueadas. De novo, aqui, institucionalizou-se círculo doentio: as melhores publicações começaram a receber enxurrada de artigos, cuja avaliação demorava para ocorrer. Lembremos que todas estas avaliações são feitas por pares voluntários. Havia regras a serem seguidas: um artigo e seu autor é menos bem avaliado se publicar na revista de sua própria instituição. Em consequência, professores de um programa com uma revista de excelência, precisavam encontrar espaço em outra revista, o que significava, no processo de avaliação, que quem publicasse na revista de seu programa tinha melhor avaliação do que ele mesmo... Por outro lado, os editores destas revistas selecionavam criteriosamente os artigos a serem publicados, para não perder o ranqueamento. Criaram-se, então, regras: um aluno de mestrado não tinha a menor oportunidade de publicar numa revista bem avaliada, a não ser que seu artigo viesse co-assinado por um doutor<sup>10</sup>: um aluno de mestrado, embora tendo por obrigação publicar ao menos dois artigos anuais, tinha dificuldade em cumprir a tarefa, ao menos, nas revistas mais reconhecidas, devendo contentar-se com as menos bem classificadas, tendo, pois, maiores desafios para uma melhor avaliação quanto a seu próprio desempenho... e assim por diante<sup>11</sup>. Outro círculo infernal.

Para ajudar aos egressos dos cursos de doutorado, foram criados, então, programas de seleção de professores bolsistas que, uma vez selecionados, teriam permanência de cinco anos numa determinada universidade, prazo ao final do qual poderiam vir a ser contratados pela universidade em que atuavam<sup>12</sup>. O sistema previa que o professor de um determinado programa deveria apresentar um projeto, em determinada área. Em sendo selecionado, um recém doutor era indicado no bojo deste projeto. Novamente, o circuito se deteriorava: os candidatos a tais bolsas precisavam conhecer doutores que se dispusessem a formular projetos que lhes dessem oportunidade de início de carreira... e os doutores já vinculados a um programa de

---

10 Criaram-se, assim, jogos de compadrio: um professor, ao dar parecer positivo sobre determinado artigo, embora se tratasse de avaliações cegas, de certo modo identificavam o autor e se firmava uma parceria indireta: aprova o meu que eu aprovo o teu, etc. Isso porque, um bom estudioso de uma área, mesmo que leia um texto sem identificação de autoria, consegue reconhecer o autor do texto.

11 Outra prática que se disseminou foi um professor assinar artigos com seus orientandos, sem praticamente fazer qualquer contribuição ao estudo, mas apenas por sua condição de orientador. Assim, professores doutores, de certo modo, apropriavam-se de pesquisa de seus orientandos.

12 Ver nota 10.

pós-graduação precisavam se dispor a formular um projeto que viabilizasse tal oportunidade. Em geral, as coisas funcionaram bem nos primeiros anos. Mas, de novo, quando a crise financeira e econômica surgiu no horizonte do país, uma de suas primeiras vítimas foi este programa: as universidades não tinham mais como garantir a contratação de tais professores bolsistas, eis que estavam a demitir até mesmo seus professores titulares.

Outros projetos importantes foram sendo gerados, entre os anos de 1990 e 2000, como os *MINTER* e os *DINTER*. As siglas identificam projetos colaborativos entre diferentes instituições universitárias: um programa de pós-graduação bem qualificado pode desenvolver, junto de uma universidade que pretenda qualificar seus professores, cursos de mestrado (*MINTER*) ou de doutorado (*DINTER*). Tais cursos funcionam mediante seleção prévia dos professores a serem formados, através de provas, no sistema da instituição que cada programa desenvolve. As aulas são presenciais, em geral, na sede da universidade interessada no projeto. Posteriormente, os professores/estudantes deslocam-se presencialmente para a universidade que oferece o projeto, e ali permanecem um semestre, ao menos, o que significa, afastados de suas universidades de origem<sup>13</sup>. As dissertações e teses são produzidas nos mesmos prazos institucionais vigentes e as bancas de defesa ocorrem no programa-sede que oferece o curso. Este tipo de projeto tinha financiamento por parte da CAPES para a universidade que ofertava o curso. As agências regionais financiavam os professores-alunos. Hoje em dia, tais projetos estão praticamente desativados.

Entre os anos de 1990 e 2000, o incremento de projetos de apoio ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação e às atividades a eles ligadas foi crescente, como no caso da tradução de artigos de colaboradores estrangeiros para as revistas mais bem classificadas no sistema de avaliação, chamado Qualis – que depois passou a avaliar também livros editados, congressos realizados e por aí afora, em sistemas cada vez mais complexos e complicados, ao pé-da-letra.

CAPES e CNPq igualmente passaram a financiar acessibilidade a periódicos acadêmicos internacionais, com o objetivo de dar maior possibilidade aos pesquisadores brasileiros de conhecer a bibliografia internacional, sobretudo aquela escrita em inglês. Ao mesmo tempo, isso abriu caminho para a chamada *internacionalização* da pós-graduação brasileira, que começou com a possibilidade, depois transformada em obrigatoriedade, de

---

13 Isso significa que eles devem ser substituídos por colegas que permaneceram na instituição.

intercâmbio de professores e alunos entre instituições; convite para professores visitantes; produção conjunta entre professores de diferentes instituições; participação de professores em grupos de estudos interinstitucionais e, sobretudo, internacionais, e assim por diante.

Chegou-se à hecatombe, ao apocalipse das avaliações internacionais: a chamada valorização dos impactos de artigos, da supervalorização de artigos publicados em revistas acadêmicas, ao invés de edição de artigos em coletâneas ou mesmo de livros inteiros. Neste período todo, é evidente que o surgimento e a disseminação das tecnologias de informação provocaram, possibilitaram, potencializaram e ditatorializaram a pesquisa em países não centrais, como o Brasil. Escrever e publicar em inglês se tornou obrigatório. Avaliar os impactos internacionais de um artigo veio a ser preocupação de pesquisadores e de instituições. A hierarquização de avaliação anual e periódica das instituições, a cada quatro anos, que servia inclusive para se ter um acompanhamento qualitativo do que cada universidade oferecia, transformou-se numa disputa acirrada e nem sempre ética pela quantificação, e assim fomos nos desgarrando.

No Brasil, ao contrário de universidades européias ou norte-americanas, não temos a figura do profissional que seja exclusivamente pesquisador. Todos devemos ser professores e pesquisadores. Não penso que isso seja necessariamente negativo. Numa universidade bem organizada, por exemplo, um contrato de 40 horas significa em torno de 10 horas de sala de aula. Teoricamente, o restante ficaria para a pesquisa, certo? Errado: precisamos orientar as pesquisas de nossos alunos de graduação, de mestrado e de doutorado. A bem da verdade, até existem critérios que delimitam o número máximo (mas também mínimo) de tais atividades. Mas a necessidade das avaliações internas e externas (chamadas de “recredenciamento”, que ocorrem a cada ano) começam a tornar aquilo que deveria ser o principal objetivo de nossas atividades – o ensinamento e a pesquisa – numa tarefa absolutamente caótica e exploratória. Precisamos fazer relatórios para tudo e sobre tudo. Relatórios internos, porque precisamos nos *recredenciar* anualmente para permanecermos como professores da pós-graduação. Por isso, precisamos registrar nossas pesquisas, no mínimo, num sistema interno de cada universidade, além do sistema geral e universal, que é a plataforma Lattes. Depois, precisamos preencher os dados da novel plataforma Sucupira, quadrienal, que faz uma ampla avaliação de todos os programas de pós-graduação. O pior é que nenhuma dessas plataformas conversa entre si, ou seja, precisamos preencher os mesmos dados mais de uma vez por ano! E guardar tudo o que publicamos ou certificados das atividades de que

participamos, para podermos resgatar detalhadamente tudo o que realizamos. Isso toma um tempo medonho – e a nossa pesquisa? Normalmente ocorre de noite – se não damos aulas à noite, o que é raro, nas universidades não públicas – ou nos finais de semana – se a família assim permitir – ou roubando horas de sono e necessária recuperação, nas madrugadas...

Onde situar o amador da pesquisa?

A constituição das universidades, todos os colegas bem conhecem isto, surgiu da junção de escolas de estudos superiores. Na Idade Média, a partir de experiências árabes, em Bolonha e Paris, estas instituições se concretizaram. Pretendia-se um conjunto de estudos *universais*. Ora, isso se mostrou, de fato, utópico. E mesmo que as utopias nos ajudem a avançar civilizacionalmente, mais utópicas ainda se apresentam hoje em dia.

O conceito de *campus*, de Pierre Bourdieu (1989/2012), é esclarecedor: os campos de atividades e os campos de conhecimento se disputam entre si. Consequentemente, as instituições se disputam entre si. E não esqueçamos, as nações também se disputam entre si. E quando falta dinheiro para as atividades de ensino e/ou de pesquisa, como sempre falta, e bem sabemos disso, as coisas ficam ainda mais complicadas.

Todos nós estamos trazendo, nestas mesas, diferentes reflexões e diferentes pontos de vista. Não sou pessimista. Preciso, e o faço com alegria, reconhecer que minha formação, meu desenvolvimento profissional e minhas atividades ocorreram, em grande parte, graças a estes sistemas cada vez mais complexos. Mas isso não significa ignorar contradições e desafios, um dos quais está sendo bastante discutido aqui, a questão da internacionalização, subjugado a um fato concreto: a ditadura de um idioma dito universal e internacional ao qual todos nós precisamos nos vincular. Meu caso pessoal é exemplificativo: venho de uma geração que, no Brasil, tinha no francês sua segunda língua de opção de estudos. Foi depois do golpe de 1964 que o inglês ganhou predominância e o francês desapareceu das salas de aula. Por incrível que pareça, apesar de, e sobretudo no Rio Grande do Sul, fazermos fronteira com o Uruguai e a Argentina, estarmos ao lado do Paraguai e muito perto do Chile, nossos alunos e professores têm mais dificuldade em ler e compreender o espanhol do que o inglês! E vice-versa, os hispano-hablantes da Argentina, por exemplo, evidenciam pouco esforço em compreender o que os brasileiros dizem ou escrevem. Acho que, em Portugal, em sua relação com a Espanha, não é muito diferente. Pior, boa parte dos pesquisadores portugueses praticamente desconhece

a bibliografia brasileira, e vice-versa, tema que, aliás, já discuti há alguns anos, em um outro encontro, em Portugal. Não obstante, temos histórias comuns e, se nos juntarmos, podemos constituir uma força significativa. Mas nossas entidades institucionais teimam na tal internacionalização. O surgimento das chamadas redes sociais, de um lado, ajudou-nos muito, mas também estabeleceu ditaduras quanto a fontes e referências. Hoje, somos obrigados a participar de um sistema automatizado, cheio de regras, que privilegia certos focos de estudo, em um determinado idioma, que se preocupa com uma avaliação constante que nos afasta cada vez daquilo que já foi o principal aspecto da pesquisa: descobrir, aprender, universalizar. A avaliação hierarquizadora matematizou tudo, apagando a preocupação com a qualidade. Pior, vem tentando apagar a liberdade de opção do estudioso sobre temas de sua predileção e de preferência. Não pesquisamos ou escrevemos sobre o que, de fato, nos interessa, mas sobre o que, segundo um *deus ex machina* qualquer, provoca maior impacto.

Tenho resistido a isso, tanto quanto posso: estudo a história das mídias e, especialmente proponho que recuperemos uma história conectada do jornalismo. Com colegas portugueses, caboverdianos, moçambicanos e angolanos, além de brasileiros, concretizamos uma história da imprensa de expressão portuguesa desde seus primórdios, no século XIX até os nossos dias (Sousa et al., 2014, 2016). Isso é fundamental para evidenciar nossa identidade unitária.

Neste momento, trabalho sobre um projeto mais ambicioso e demorado, que é uma história conectada do jornalismo ibero-americano, que dividi em diferentes e sucessivas fases, sendo que na primeira fase reside o surgimento das gazetas no continente ibero-americano que, inspiradas nas publicações espanholas, aparecem no México, em 1723 e, sucessivamente, na Guatemala, Peru, Cuba, Colômbia, ao longo do século XVIII, para depois se universalizarem no século XIX, inclusive no Brasil e na Argentina. De novo, quero ir além das histórias nacionais: precisamos uma história continental, para mostrar que nosso jornalismo foi tão ou mais importante que este jornalismo europeu sobre o qual sempre lemos nas histórias da imprensa. Nossa imprensa, por exemplo, inspirou, sustentou e desenvolveu as idéias libertárias que provocaram os processos independentistas das antigas colônias, entre 1815 e 1825. Em uma só década, todo o continente se liberou da opressão colonial de Espanha e Portugal. Mas segundo os critérios atuais vigentes, meus estudos pouca importância têm... não causam impacto...

Aos pepinos o impacto... para longe as avaliações sob tais critérios... quero continuar pesquisando porque gosto de pesquisar... quero continuar

pesquisando aquilo que entendo ser importante pesquisar. No momento presente, para nos conhecermos e nos afirmarmos enquanto individualidades e realidades específicas, não menores nem menos importantes que as demais. Minha paixão pela pesquisa precisa ter coragem para atravessar este mar de provações... A carreira, a publicação e a avaliação devem ocorrer *a posteriori*, e não *a priori*, como condições de financiamento e de reconhecimento. Políticas de ciência e da língua, sim, mas nossas, que nasçam a partir do que fazemos, e não do que pretendem que venhamos a fazer.

## Referências

- Bourdieu, P. (2012). *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trad.). Bertrand. (Trabalho original publicado em 1989)
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva* (L. L. Schaffter, Trad.). Vértice. (Trabalho original publicado em 1968)
- Platão (1973). *A república* (J. Guinsburg, Trad.). DIFEL.
- Reimão, S. (1994). Teoria ou teorias da comunicação? *Revista Brasileira de Comunicação*, 2(17), 146–170.
- Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A., & Barbosa, M. (Eds.). (2014). *A history of the press in the portuguese-speaking countries*. Media XXI.
- Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A., & Barbosa, M. (Eds.). (2016). *Uma história da imprensa lusófona. Brasil-Galiza. Imprensa colonial portuguesa* (Vol. 1). Media XXI.